

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: COMO TRABALHAM OS/AS ORIENTADORES/AS EDUCACIONAIS?

GENDER AND SEXUALITY AT SCHOOL: HOW DO EDUCATIONAL ADVISORS WORK?

Paula Biazetto Machado Sombrio¹

Silvana Corbellini²

RESUMO: Nesse artigo apresentamos um recorte da pesquisa que objetivou investigar como os/as Orientadores/as Educacionais do Rio Grande do Sul têm desenvolvido projetos sobre gênero e sexualidade nas escolas. Os dados foram coletados através de um questionário anônimo online. Os sujeitos foram trinta e seis orientadores/as educacionais. Utilizou-se a Análise de Conteúdo e construíram-se quatro categorias de análise: não há trabalho sobre esses temas; trabalham de forma interdisciplinar; trabalham com o uso das tecnologias; trabalham por meio de palestras com outros/as profissionais. Observou-se que os/as participantes abordam gênero e sexualidade de formas diversas, e que apesar da maioria considerar esses temas importantes, apenas a minoria desenvolve projetos sobre essas temáticas nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Orientação Educacional.


ABSTRACT: In this article we present an excerpt from the research that aimed to investigate how the Educational Advisors of Rio Grande do Sul have developed projects on gender and sexuality in schools. Data were collected through an anonymous online questionnaire. The subjects were thirty-six educational advisors. Content Analysis was used and four categories of analysis were built: There is no work on these topics; They work in an interdisciplinary way; They work with the use of technologies; They work through lectures with other professionals. It was observed that the participants approach gender and sexuality in different ways, and that although the majority consider these themes to be important, only the minority develops projects on these themes in schools.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Educational Orientation.


Introdução

Historicamente, o/a orientador/a educacional era visto/a como alguém que “apagava incêndios” e era chamado/a apenas quando havia problemas a serem solucionados ou para resolver os casos de indisciplina na escola (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008). Atualmente, porém, o papel do/a orientador/a educacional tem se colocado de forma

¹ Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: paula.biazetto@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1089-5250>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: silvanacorbellini@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3335-0387>

● [Informações completas da obra no final do artigo](#)

mais crítica, e este/esta deve atuar considerando o contexto político e econômico envolvido na realidade de todos os sujeitos da comunidade escolar.

A escola, além de ter a função de socializar o conhecimento historicamente sistematizado, tem também a responsabilidade de ampliar as possibilidades de convivência social (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Além do papel tradicional de alfabetização científica, a escola também reúne novas competências em conexão com a vida em sociedade. Hoje em dia, as questões de gênero e sexualidade se tornaram centrais nos debates sobre inclusão, respeito às diferenças e políticas de equidade. De acordo com Seffner (2011), existe uma visível relação entre o respeito à diversidade sexual e de gênero e à qualidade das aprendizagens escolares. O trabalho a favor da equidade possibilita a promoção de um ambiente mais sadio para todos e todas, ajudando a diminuir preconceitos e situações de baixa autoestima que podem afetar qualquer aluno/a na escola.

Desse modo, é necessário que o/a orientador educacional, como parte da equipe gestora, aborde essas questões dentro da escola, visando à construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Entretanto, de acordo com Pöttker (2013), existem ainda poucos estudos e pesquisas sobre as práticas, reflexões e falas de orientadores/as educacionais sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual no contexto escolar. Isto posto, este trabalho tem a intenção de apresentar um recorte dos resultados da pesquisa que teve como objetivo compreender como e se os/as orientadores/as educacionais do Rio Grande do Sul têm desenvolvido projetos sobre as temáticas de gênero e sexualidade com os/as estudantes.

Referencial Teórico

Segundo o código de ética do/a orientador/a educacional (BRASIL, 1979), este/esta deve pautar sua prática no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana, assim como colocar-se a serviço do bem comum da sociedade. Dessa forma, as autoras Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008) compreendem que um dos papéis principais da orientação educacional é o de mediar o/a aluno/a e o meio social. Assim, o/a orientador/a discute problemas da atualidade, que fazem parte do contexto econômico, sociopolítico e cultural de nossa sociedade. A partir da problematização de questões relevantes da sociedade, o/a orientador/a ajuda o/a aluno/a a estabelecer relações e a desenvolver uma consciência crítica.

Esse ponto é destacado por Porto (2009, p. 48) que afirma:

[...] a Orientação Educacional fundamenta-se no reconhecimento das diferenças individuais e no reconhecimento de que o ser humano, em qualquer momento de sua vida, pode apresentar carências e dificuldades, necessitando, pois, de compreensão, ajuda e orientação.

Dessa forma, não podemos falar do trabalho de orientadores/as educacionais sem abordar marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça, classe social, etc. É necessário que esses marcadores sejam debatidos nas escolas, visando à construção da cidadania dos/as estudantes e de alunos/as mais críticos sobre a realidade do nosso país e do mundo.

É importante explicar quais os conceitos de gênero e sexualidade são compreendidos neste estudo. Conforme afirma Louro (2011), esses são conceitos que estão articulados, mas também sofrem distinção e confusões. O conceito de gênero surgiu para explicar o caráter social das diferenças percebidas entre os sexos. Tornar-se mulher ou homem pressupõe uma construção social, é algo que acontece no âmbito da cultura, e por isso é algo contínuo e que depende de onde a pessoa está inserida.

Da mesma forma que o gênero, a sexualidade também é construída socialmente. Ela não é algo neutro, fora da cultura, como muitas vezes tendem a reduzi-la, sendo algo da biologia ou da natureza. A forma como as pessoas vivem seus desejos, prazeres, e as parcerias na colocação desses desejos em práticas, envolvem linguagens, gestos, rituais que são produzidos e marcados pela cultura (LOURO, 2011). Foucault argumenta que a sexualidade é um "dispositivo histórico" (1988), isto é, ela é uma invenção social, visto que se constitui historicamente a partir de inúmeros discursos que regulam, que normatizam, que introduzem saberes e produzem verdades. Assim, gênero e sexualidade são construídos culturalmente, e são, portanto, históricos e provisórios. Aprendemos a ser masculinos, femininos, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, dentre outras formas de viver o gênero e a sexualidade, dentro da nossa cultura, a partir de instituições como a família, a escola, a mídia, a religião, a ciência, etc (LOURO, 2011).

Dessa maneira, a escola deve compreender e trabalhar essas questões como algo do âmbito da cultura, não se abstendo ou agindo com neutralidade ao tratar dessas temáticas. Uma escola que aborda e respeita as diferenças pode auxiliar no desenvolvimento de indivíduos que respeitarão a todas as pessoas nos diversos ambientes

em que circulam. Dessa forma, o/a orientador/a educacional tem também o papel de desenvolver projetos, discussões, e problematizações sobre esses assuntos com os/as estudantes.

Entretanto, historicamente o/a orientador/a educacional ao lidar com a temática da sexualidade trabalhava em uma perspectiva de uma educação sexual religiosa e biomédica, voltada à moral, às regras e a informações apenas biológicas. No início da década de 1980 as questões referentes à sexualidade eram voltadas à saúde e às aulas de ciências, com um viés biologizante. No transcorrer dessa década, a orientação educacional passou a questionar sua atuação, buscando que o/a orientador/a educacional atuasse de forma político-pedagógica. Com uma prática mais crítica, é possível então trabalhar os temas de gênero e sexualidade para além da perspectiva biomédica (LIMIA; CRUZ; YARED, 2021).

Como é salientado pela Associação dos Orientadores Educacionais (AOERGS) em relação ao papel do/a OE:

[...] fortalecer e promover espaços para o diálogo entre gestão, docentes, discentes, família e comunidade, visando humanizar o processo [...], bem como criando condições apropriadas ao estudante para desenvolver-se integralmente em sua cidadania e com dignidade (AOERGS, 2020, p. 01).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, as questões de gênero e sexualidade devem ser trabalhadas como temas transversais na escola. É adotado o termo “Orientação Sexual” como um processo de intervenção pedagógica que objetiva transmitir informações e problematizar as questões relacionadas à sexualidade, abarcando crenças, posturas, tabus e valores a ela associados. Essas intervenções devem ser realizadas coletivamente na escola, diferenciando-se de um trabalho de cunho individual ou terapêutico. É também diferente da educação trazida pela família, pois a escola proporciona a discussão de diferentes pontos de vista relacionados à sexualidade, sem a imposição de valores morais.

Como é apontado por Corbellini (2021, p. 19):

Ou seja, podemos refletir que a história do OE é permeada, ao longo do tempo, pelas histórias dos sujeitos. Os atravessamentos que vivenciamos são componentes essenciais das práticas desse profissional e é importante que estejam alertas para o contexto que habitamos, seus conflitos, seus sintomas e a busca de soluções. O OE deve se situar no espaço e tempo que vivemos, transpondo os muros das escolas.

Desse modo, é também papel da orientação educacional trazer essas questões para debate com os/as alunos/as. Fez-se necessário, assim, compreender como os/as orientadores educacionais têm desenvolvido projetos sobre essas temáticas nas escolas onde atuam.

Método

A pesquisa utilizou o método qualitativo e exploratório, a fim de proporcionar mais familiaridade com o problema “Como os/as Orientadores/as Educacionais têm desenvolvido projetos sobre as temáticas de gênero e sexualidade com os/as estudantes?”.

Para coletar os dados e responder ao problema, foi construído um questionário online através da ferramenta *Google forms*. O questionário foi enviado por e-mail para a AOERGS e para os cursistas do Curso de Especialização em Orientação Educacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para que aqueles/as que já atuavam na área pudessem responder.

O questionário contava com doze perguntas, seis abertas e seis fechadas. Para fins de cuidados éticos em pesquisa, o questionário era respondido de forma anônima. Trinta e seis orientadores/as educacionais que trabalham em Porto Alegre ou outras cidades do Rio Grande do Sul responderam ao questionário. Esses participantes foram codificados pela letra P seguida de número do um ao trinta e seis. Para analisar os dados obtidos, utilizou-se a Análise de Conteúdo (AC), que consiste, segundo Bardin (1988, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A leitura e a interpretação proposta pela AC processaram-se sobre uma matéria-prima bem definida, que são os questionários realizados com os/as OE. A AC foi desdobrada nas seguintes etapas: pré-análise, na qual foi feita uma leitura flutuante do material dos questionários para escolher o que seria analisado; exploração do material, momento no qual os dados foram codificados e agregados em unidades; categorização, as unidades de registro foram organizadas em categorias mais amplas, a partir dos critérios de conteúdos ou temas; tratamento dos resultados obtidos, que consistiu na apresentação dos dados nas categorias; e a interpretação, em que foram feitas inferências e

interpretações a partir do referencial teórico utilizado para embasar as análises. Foram estabelecidas quatro categorias de análise e subcategorias que serão apresentadas, analisadas e discutidas no próximo tópico.

Resultados e discussões

A fim de caracterizar o perfil do público da pesquisa, uma das perguntas do questionário era sobre o gênero dos/das participantes. Trinta e quatro participantes se identificaram como do gênero feminino e apenas dois do gênero masculino. Esse dado é bastante importante e demonstra a chamada “feminização do magistério”, em que é observado um maior número de mulheres do que homens trabalhando na educação básica (PRÁ; CEGATTI, 2016).

Com relação à rede na qual os/as orientadores/as trabalham, a maioria (69,4%) afirmou trabalhar na rede pública estadual, 19,4% na rede pública municipal, 5,6% na rede privada, 2,8% na rede pública estadual e rede privada e 2,8% na rede municipal e rede estadual. Assim, a maior parte dos/as participantes, quase a sua totalidade, é composta por funcionários públicos municipais ou estaduais. Com relação à modalidade de ensino na qual os/as orientadores/as educacionais trabalham, a maioria trabalha com Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio (75%).

As sete perguntas finais do questionário se voltavam ao tema principal da pesquisa, tendo como foco os trabalhos sobre gênero e sexualidade na escola. Com a finalidade de organizar as respostas foram criadas quatro categorias e subcategorias de análise que serão discutidas a seguir.

Categoria 1: Não há trabalhos sobre esses temas

Quando questionados/as se na escola em que trabalhavam havia algum projeto específico sobre gênero e sexualidade com os/as estudantes, 28 participantes responderam que não. Apenas 8 afirmaram haver projetos específicos sobre essas temáticas. Esses dados corroboram aos encontrados na literatura, onde autores afirmam perceber uma ausência significativa nos currículos escolares sobre as questões de gênero e sexualidade, como se todos/as alunos/as se encaixassem as normas heterossexuais (CAMARGO; ARAÚJO, 2013). Entretanto, o fato de não haver um projeto específico sobre

esses temas não significa que eles não são trabalhados de outras formas, como será explorada na segunda categoria.

Subcategoria (1): falta de formação adequada: Uma das possibilidades para esse baixo número de orientadores/as que realizam projetos sobre gênero e sexualidade pode estar na resposta de alguns/as participantes do estudo: “Acho uma abordagem muito importante, porém sinto a falta de uma preparação para abordar tal temática” (P29), “Importantíssima, mas tem que ser abordado por pessoas preparadas” (P24). Como se pôde notar na resposta desses/as dois/duas participantes, a questão do preparo para trabalhar com essas temáticas é de suma importância para que os/as orientadores/as se sintam capacitados na condução de intervenções adequadas.

Como foi debatido por Seffner (2009), nenhum trabalho na escola deve ser feito de modo improvisado, mas sim a partir de estudos, planejamento e materiais adequados. Abordar essas questões relativas ao gênero e à sexualidade exige também a presença de profissionais na escola com formação específica, geralmente na modalidade de formação continuada ou em serviço (SEFFNER, 2011). Para que ocorra um trabalho sobre gênero e sexualidade que questione as normas e as relações patriarcais, é fundamental o conhecimento, e o/a orientador/a educacional necessita de embasamento científico para a qualidade de seu trabalho (LIMIA; CRUZ; YARED, 2021).

Subcategoria (2): receio das famílias: Outro ponto importante que apareceu na resposta de orientadores/as foi a questão das famílias dos/as alunos/as: “Muitos pais acham desnecessário o tema. Outros deixam com a escola a abordagem do assunto, pois não gostam de ter ‘esse tipo de conversa’. Resumo, existe muita desinformação, o que acaba gerando tabus e preconceitos sobre o tema” (P26) e “Essa abordagem é de suma importância, pois no período de adolescência onde muitos estão no processo de descobertas sexuais e definição de gênero onde não é um processo muitas vezes aceito com naturalidade pelos familiares” (P30).

Esse é um ponto que costuma causar muita controvérsia em relação aos projetos de gênero e sexualidade nas escolas. As famílias de crianças e adolescentes possuem muitas vezes concepções divergentes e conflitantes com as da escola, e quando existem projetos que objetivam problematizar ou desestabilizar a norma, as famílias podem se colocar como opositoras dessas ações (LOURO, 1997). Dessa forma, orientadores/as educacionais e docentes podem sentir certo receio em abordar esses assuntos e entrar

em conflito com algumas famílias que são contra essas temáticas na escola. Ainda mais se pensarmos nos últimos anos, em que tem ocorrido uma perseguição de educadores/as que abordam esses temas em sala de aula, por causa da falácia propagada pelos grupos contra a “Ideologia de gênero” que colocam a educação sexual como algo restrito às famílias.

Categoria 2: trabalham de forma interdisciplinar

Essa categoria foi criada a partir das respostas de 5 orientadores/as educacionais que relataram não haver um projeto específico sobre esses assuntos, mas que estes aparecem no dia a dia das aulas e no currículo da escola. A partir dessa categoria, construiu-se duas subcategorias.

A subcategoria (1) professores/as de diversas disciplinas apresenta o trabalho realizado englobando diferentes professores/as. Como exemplos, citam-se: “Embora não exista no momento um projeto específico, o tema é trabalhado de forma interdisciplinar” (P13), “Sou professora de educação física também. Então, é um tema diário nas nossas aulas. É fundamental para avançarmos por uma sociedade mais igualitária e justa” (P3), “No Colégio esse tema é debatido nos componentes curriculares, mas não através de um projeto específico” (P2).

A subcategoria (2) com ações integradas traz recortes de atividades planejadas pelos profissionais. Assim, trazem-se os exemplos: “Ao longo do ano abordamos as temáticas através de ações integradas” (P4), “Não temos projeto específico, mas trabalhamos constantemente com alunos em rodas de conversa e dinâmicas de sala de aula” (P8). Dessa forma, trabalhar de forma integrada esses assuntos nas diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar ou no dia a dia é uma forma de valorizar esses assuntos e não introduzi-los apenas em datas comemorativas. Como bem trazido por Louro (2011), dedicar apenas um dia ou um momento especial para incluir identidades diversas da “norma”, só faz com que a escola continue operando na mesma lógica separatista. É importante que haja projetos e metodologias para trabalhar esses temas, mas também que esses assuntos apareçam cotidianamente nos livros didáticos, nas aulas e nos currículos escolares.

Dessa forma, é possível pensar que trabalhar gênero e sexualidade na escola não precisa ser feito, necessariamente, através de um projeto específico. Em uma pesquisa

realizada com três orientadoras educacionais referente ao trabalho em relação à sexualidade foi constatado que é possível trabalhar de maneira dialógica dentro das instituições educacionais, mesmo sem projetos estruturados, como duas orientadoras educacionais que compartilharam práticas referentes aos anos iniciais abordando a temática no dia a dia da escola com intervenções intencionais (LIMIA; CRUZ; YARED, 2021).

Esses assuntos podem ser abordados no âmbito específico de algumas disciplinas, ou em forma de projetos que reúnam diversas disciplinas. É preciso ter criatividade para fazer com que os conteúdos emerjam de maneiras diferentes (SEFFNER, 2009), e principalmente articulados com as situações e vivências dos/as alunos/as. Trabalhar de forma que crianças e adolescentes participem ativamente das atividades, como em rodas de conversa e dinâmicas conforme apontado por uma das participantes é uma ótima maneira de fazer com que os conteúdos e aprendizagens sejam internalizados e integrados (UNESCO, 2019).

Categoria 3: trabalham por meio de palestras com outros/as profissionais

Essa categoria foi criada a partir das respostas de orientadores/as que afirmaram convidar outros/as profissionais para abordar essas questões por meio de palestras, dentro de projetos específicos. Uma das participantes, que informou não ter formação sobre esses assuntos, afirmou que: “Eu prefiro convidar pessoas realmente preparadas para abordar esses temas, pois os alunos são de pouca idade, convido Agentes de Saúde, Psicólogas para abordarem esses temas, pois sei da importância de tratar e trabalhar com a prevenção!” (P24). Outra participante informou que: “O trabalho é feito com palestras eventuais na escola para os estudantes” (P13). Deveras, convidar pessoas especialistas para abordarem esses assuntos pode trazer mais conhecimento e outras perspectivas para os/as alunos/as, porém é importante que os/as orientadores/as educacionais e demais profissionais da educação estejam preparados para uma discussão inicial desse assunto, visto que ele pode surgir de modo imprevisto na sala de aula e demais espaços da escola. Já o trabalho em continuidade deve ser realizado por profissionais devidamente qualificados e com disposição de debater essas questões (SEFFNER, 2011). Somente palestras eventuais também não dão conta das dúvidas e necessidades dos/as alunos/as,

é necessário que mais ações aconteçam em conjunto com as palestras, visto que abordagens participativas costumam ser mais eficazes (UNESCO, 2019).

As participantes responderam que o projeto era realizado com a ajuda de outros/as profissionais da saúde, como estagiários da UFRGS através do Hospital de Clínicas ou profissionais da saúde e psicologia. Conforme aponta Nunes e Seffner (2018) é importante que a escola estabeleça essas parcerias com unidades básicas de saúde ou outros programas de saúde que existam em sua localidade, de modo que possam auxiliar no processo de informação e educação acerca das infecções sexualmente transmissíveis e outras questões ligadas à saúde. A saúde é um direito universal e inclui o acesso à informação aos/às jovens sobre todos os modos de prevenção e aos diversos recursos existentes, desde o uso de preservativos e contraceptivos, até o uso de antirretrovirais para prevenção (PREP, pré-exposição e PEP, pós-exposição e contracepção de emergência) (PAIVA; ANTUNES; SANCHEZ, 2020).

Esse é também um dos objetivos presentes nos PCN que visa propiciar aos/às estudantes a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma prazerosa, mas também responsável. O trabalho de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, de acordo com os PCN, viabiliza oferecer informações científicas e atualizadas sobre as formas de prevenção dessas infecções (BRASIL, 1997).

Categoria 4: Trabalham com o uso das tecnologias

Essa categoria foi criada a partir do uso citado de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no trabalho sobre gênero e sexualidade na escola. Foi questionado se era utilizada alguma das tecnologias (internet, blogs, vídeos, celular, etc.) para a execução desses projetos e especificar quais eram. Dos/as oito orientadores/as que trabalham a partir de projetos específicos, apenas dois disseram que não era utilizada nenhuma TIC no projeto. Seis orientadores/as afirmaram que utilizavam essas tecnologias, das quais “Internet, vídeos e atualmente celular” (P19), “Internet, vídeos e blogs” (P21), “Vídeos, Internet!” (P24), e “os alunos sempre utilizam as redes sociais” (P30). Uma orientadora não especificou quais tecnologias eram utilizadas.

Sendo assim, foi possível perceber que a maioria dos/as orientadores/as que abordam gênero e sexualidade nas suas escolas, através de projetos específicos, utilizam as TICs como aliadas nesse processo. Vídeos e internet foram os recursos mais listados,

o que corrobora com a literatura ao afirmar o quanto as pautas de gênero e diversidade sexual foram ganhando mais visibilidade através da internet e de vídeos, tanto do YouTube como de outras plataformas que passaram a contemplar o público LGBTQIA+ (AUAD; LOPES; LAHNI, 2020).

Uma das orientadoras respondeu que os/as alunos/as sempre utilizam as redes sociais, o que é muito relevante, pois como afirmam autores (LIMA; SILVA; LOUREIRO, 2020), as redes sociais não devem ser consideradas inimigas da prática docente, mas sim parceiras no processo de ensino/aprendizagem. As redes sociais também ajudaram a circular as pautas feministas e os discursos sobre gênero (PEDRO; LEMES, 2019), e dessa forma podem ser utilizadas na sala de aula quando essas questões forem trabalhadas. A implementação nas escolas da educação para as mídias e das novas tecnologias proporcionando discussões de temas atuais como gênero, sexualidade e diversidade é um dos caminhos para possibilitar uma formação crítica voltada aos direitos humanos e à cidadania (FRANÇA, 2020).

Algumas outras considerações puderam ser levantadas a partir das respostas dos/as orientadores/as educacionais e serão discutidas. Um dos pontos diz respeito aos objetivos e conteúdos relacionados aos trabalhos sobre gênero e à sexualidade na escola. Observou-se uma diversidade de assuntos a serem trabalhados quando se discute esses temas com os/as estudantes. Três participantes responderam que o objetivo do projeto na sua escola “visa um processo de empatia e respeito para com o outro” (P30); “construir espaço para o diálogo” (P10); “empatia, *bullying*, respeito (à diversidade), inclusão, cooperação, união” (P24). Essas respostas elucidam que o trabalho com essas temáticas se dispõe a uma construção de maior respeito e empatia para com as diferenças, possibilitando diálogos e um espaço de trocas mais positivas entre os/as alunos/as. De acordo com Junqueira (2009) o convívio com as diversidades pode ajudar no conhecimento recíproco, mas também no próprio processo de autoconhecimento, pois possibilita o encontro com o outro, o diálogo e a desmistificação de estereótipos sobre o outro e sobre nós mesmos/as.

A escola como um espaço público deve ser um local em que os/as alunos/as aprendem a conviver com as diferenças e negociar as regras de convívio, algo que será necessário durante toda a vida. Não é a qualidade de ensino que conduzirá inevitavelmente a um ambiente de convivência pacífica, mas sim a verdadeira promoção

da diversidade que pode possibilitar um ensino de maior qualidade e uma cultura de paz nas escolas (JUNQUEIRA, 2009).

Uma das orientadoras educacionais respondeu a essa questão referindo que trabalha também com valores bíblicos, afirmando que isto levará à prevenção. Caso a orientadora trabalhasse em uma escola particular católica ou de outra religião que professa a Bíblia, seria compreensível a sua resposta, mas ela assinalou trabalhar na rede pública estadual. Dessa forma, como debatido por Seffner (2011), a abordagem pedagógica das problemáticas relativas ao gênero e à sexualidade não pode ser confundida com uma ação dirigida por valores religiosos, visto que a escola pública brasileira é laica e não possui uma religião oficial. Ademais, esse tipo de abordagem remete ao início da atuação da orientação educacional em relação à sexualidade, onde era feita uma ação voltada ao disciplinamento, à moral e a uma educação sexual religiosa e biomédica (LIMIA; CRUZ; YARED, 2021). Esse aspecto, que já não condiz com os tempos atuais, é destacado por Corbellini (2021, p. 26) ao tratar da formação do OE:

Dessa forma, pontuamos a importância de profissionais que sejam comprometidos com uma prática cooperativa, com uma visão ampla e humanitária e que estejam sempre apto a aprender, a formular novas perguntas e a criar novas respostas, impulsionando a ciência como a sua maior contribuição social.

Sendo assim, esses temas devem ser abordados a partir dos consensos educacionais, dos parâmetros curriculares e do que já foi definido nas políticas públicas e por pesquisadores/as dessas temáticas (SEFFNER, 2011). Os próprios PCN (1997) indicam que o trabalho sobre gênero e sexualidade na escola é diferente da educação realizada pelas famílias, pois a escola possibilita a discussão de diversos pontos de vista relacionados à sexualidade, sem a imposição de valores morais (ou mesmo religiosos).

Outro tema que costuma aparecer é referente à saúde, higiene e prevenção, como pode ser visto ainda na resposta da participante 24: “saúde, higiene (...) tudo o que trará de prevenção!” (P24). Por conseguinte, as temáticas de gênero e sexualidade costumam estar relacionadas a uma concepção higienista, à prevenção (de infecções sexualmente transmissíveis ou de gravidez não planejada), dentre outros temas ligados à saúde. De fato, o exercício da sexualidade, em qualquer período histórico, trouxe riscos à saúde das pessoas. Entretanto, deve-se ter cuidado ao abordar essas questões para que não sejam usadas de forma a assustar os/as alunos/as quanto à vida sexual, pois isso não

gera esclarecimentos nem ajuda na construção de uma postura saudável em relação à sexualidade (NUNES; SEFFER, 2018). Uma abordagem adequada das relações afetivas e sexuais deve abranger esse tema, mas de forma a auxiliar na tomada de consciência de comportamentos preventivos.

Três orientadores/as educacionais responderam não discutir esses temas na escola em que trabalham, mas acreditam que as temáticas devem ser trabalhadas a partir do interesse dos/as estudantes. Entretanto, conforme aponta a UNESCO (2020) as temáticas relativas ao gênero e à sexualidade podem (e devem) ser trabalhadas com todas as faixas etárias dos/as alunos/as da Educação Básica, respeitando os assuntos adequados a cada etapa de ensino. Não é necessário esperar que os/as estudantes tragam as questões para a sala de aula, apesar de que elas sempre acabam aparecendo. Na própria educação infantil é essencial apresentar as questões de conhecimento do próprio corpo, a prevenção à violência e ao abuso sexual, além do respeito à diversidade.

Em relação aos preconceitos e às violências na escola, apenas uma orientadora educacional disse que o objetivo do trabalho era o combate ao racismo e à homofobia (P18), porém essa resposta é extremamente importante, pois mostra a questão da interseccionalidade ao se trabalhar com essas questões. A interseccionalidade é uma proposta teórica que analisa a realidade social a partir do entrecruzamento de diferentes categorias como a raça, o gênero, a classe, a orientação sexual, etc (CRENSHAW, 1989). Desse modo, o trabalho na escola sobre qualquer uma dessas categorias não deve ser feito sem incluir e problematizar as outras conjuntamente.

Seguindo os temas respondidos no questionário, outra participante da pesquisa respondeu que um dos objetivos do trabalho é a quebra de tabus referentes à sexualidade e ao gênero. A sexualidade é considerada um assunto tabu na nossa sociedade, principalmente quando o público-alvo dessas conversas são crianças e adolescentes. Foucault (1999) afirma que em relação à sexualidade das crianças, que é objeto desse estudo (e também dos/as adolescentes), houve uma pedagogização do sexo da criança, onde por um lado se entendia que era “natural” que quase todas as crianças se dedicassem ou fossem suscetíveis a uma atividade sexual, mas, por outro lado, esta atividade seria indevida, trazendo consigo perigos físicos e morais. Pais e mães, educadores/as, médicos/as e psicólogos/as, passaram a se encarregar dessa sexualidade “arriscada e perigosa”. Essa pedagogização se manifestou principalmente na guerra contra a

masturbação das crianças (FOUCAULT, 1999). Uma guerra bastante atual, que se atualiza hoje em dia na negação da sexualidade infantil e na perseguição aos/às educadores/as que abordam sexualidade e gênero nas escolas.

Dessa forma, é muito importante que uma das orientadoras educacionais da pesquisa (P10) respondeu que o objetivo desses projetos é a quebra de tabus e a construção de espaços para o diálogo, pois uma das grandes contribuições da escola é abrir possibilidades em que a norma e os tabus sobre a sexualidade e o gênero possam ser questionados e subvertidos. Esse é também um dos objetivos dos temas transversais dos PCN (1997), em que a escola deve transmitir informações e problematizar as questões relacionadas à sexualidade, incluindo as crenças, posturas, tabus e valores a ela associados.

Esse ponto é salientado por Santos (2021, p. 95):

O orientador educacional, além de prestar atenção às relações do dia a dia, tem potencialidade para propor e promover uma educação socioemocional, com atividades práticas para ajudar educandos e educadores a expressar o que sentem, a escutar, a perceber que rótulos são prejudiciais e a entender que todos têm necessidades.

Outro ponto importante é em relação à formação e capacitação dos/as orientadores/as educacionais com relação às temáticas de gênero e sexualidade, e como isso pode implicar na oferta de trabalhos sobre esses temas nas escolas. Vinte e oito participantes (77,8%), ou seja, a maioria, respondeu não ter nenhuma formação sobre essas temáticas. Esse é um número muito alto, e vai ao encontro dos dados encontrados na literatura, que mostram que ainda são poucos/as os/as educadores/as e profissionais que trabalham em escolas e que possuem formação adequada para abordar esses assuntos. De acordo com Camargo e Araújo (2013), esses dados revelam a necessidade de políticas públicas de educação que abordem essas temáticas, tanto na formação inicial quanto na continuada, de modo que seja necessário rever o papel e a função da universidade na formação docente. Isso é preocupante, pois sem a formação adequada as intervenções de qualidade são impossibilitadas, o que prejudica alunos/as e toda a comunidade escolar. Quando os/as orientadores/as educacionais têm formação apropriada e se envolvem no projeto, há uma segurança que se expressa em todos os momentos, inclusive na conversa com as famílias dos/as estudantes (LIMIA; CRUZ; YARED, 2021).

Apenas oito participantes afirmaram ter alguma formação ou capacitação nessa área, sendo: “Seminários e cursos” (P10); “Cursos do MPT (Ministério Público do Trabalho) e SEDUC (Secretaria da Educação)” (P36); “Curso de capacitação - Sexualidade Infantil: Manifestações e manejo no cotidiano escolar” (P15); e uma participante (P20) afirmou já ter feito muitas formações sobre o assunto, pois tem muito interesse por esse tema.

Outro ponto levantado é a compreensão dos/as orientadores/as educacionais em relação à abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na escola. A maioria (20 orientadores/as) respondeu que considerava importante esse trabalho. Cinco orientadores/as responderam que consideram fundamental: “Fundamental. Esta fase da vida dos alunos é a de maior dúvida, e angústia. Necessário o apoio para formação saudável de nossos estudantes” (P19). Dois/as participantes responderam ser necessário esse tipo de trabalho.

Dessa forma, pode-se observar que a maior parte dos/as orientadores/as compreende a importância desse tipo de abordagem nas escolas, da necessidade de se falar sobre esses assuntos com crianças e adolescentes. Alguns/as consideram algo essencial e necessário, porém é preciso pensar no porquê de poucos/as realmente adotarem essas ações nas suas escolas. Ficou nítido que a minoria dos/as orientadores/as não aborda essas questões, sendo que apenas oito discutem através de projetos específicos e cinco de forma interdisciplinar, no cotidiano das aulas. Algumas hipóteses que foram levantadas são referentes à falta de preparo/formação adequada para discutir esses temas, o receio em entrar em conflito com as famílias dos/as alunos/as que são contrárias a esses debates na escola, e até mesmo o constrangimento em falar de assuntos que são considerados tabus na sociedade.

Com a finalidade de compreender se há interesse por parte dos/as orientadores/as em estudar essas temáticas, foi perguntado se caso não existissem projetos sobre esses temas na escola em que o/a orientador/a trabalhava, se este/a teria interesse em aprender sobre esses assuntos para depois desenvolver com os/as alunos/as. Dos/as trinta e dois participantes que responderam, apenas um respondeu negativamente. Logo, torna-se mais evidente o quanto os/as orientadores/as educacionais compreendem a importância desses assuntos e possuem interesse em estudá-los, apenas ainda não dispõem de formação adequada para trabalhar em sala de aula.

Considerações finais

A partir da pesquisa, foi possível perceber o quanto as temáticas de gênero e sexualidade ainda são pouco abordadas por orientadores/as educacionais nas escolas. Apesar de a maioria dos/as participantes considerar importante a discussão desses assuntos, ainda é a minoria que desenvolve projetos sobre esses temas. Uma das possibilidades para esse baixo número de orientadores/as que trabalham essas temáticas pode estar na questão de que são poucos/as os/as que possuem formação adequada para tal. Dessa forma, é essencial que seja questionado o papel das universidades na formação inicial e continuada de profissionais da educação. Também é importante pensar em novas estratégias para que orientadores/as educacionais tenham acesso a cursos e capacitações sobre os temas de gênero, sexualidade e diversidade na escola.

Como foi visto a partir da resposta dos/as orientadores/as educacionais, é possível trabalhar essas temáticas com a ajuda das TICs, com palestras de profissionais de áreas da saúde, rodas de conversa, de forma interdisciplinar, por meio de ações integradas etc., e, portanto, uma ação não exclui a outra. Não existe uma receita pronta e única de como trabalhar com esses assuntos na sala de aula. Cabe ao/à orientador/a educacional conhecer a comunidade com que trabalha, as necessidades e subjetividades de seus/as alunos/as. A grande contribuição da escola é criar um espaço onde as normas e os preconceitos podem ser questionados e subvertidos, onde se possa ter acesso às informações científicas e adequadas, e onde o diálogo e o respeito prevaleçam.

Evidencia-se a importância de trabalhar com essas temáticas como forma de promover um ambiente de maior aceitação, empatia e diálogo entre todos e todas. É papel do/a orientador/a educacional ajudar no desenvolvimento de cidadãos e cidadãs mais críticos/as e participativos/as, e que ajam de forma a garantir seus direitos coletivos e individuais, abrangendo as diversidades, bem como a equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, etc (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Como lacunas e limitações da pesquisa está o fato de que por ter sido realizado um questionário *online*, muitos/as participantes não aprofundaram suas respostas o que dificultou na compreensão de como os projetos são executados nas escolas. Para pesquisas futuras, é interessante realizar entrevistas em profundidade para conhecer

melhor os projetos conduzidos por OE e a realidade das escolas em que estão inseridos/as.

Por fim, apesar do momento político que vivemos nos últimos anos em relação aos retrocessos nas políticas públicas de educação, na perseguição à “ideologia de gênero”, é importante que continuemos lutando por uma escola inclusiva, democrática, e que preze pela diversidade. O/a orientador/a educacional pode ser uma figura central nessa construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

Referências

AOERGS, 2020. **E-book Plano de ação para a orientação educacional durante e pós pandemia Covid-19**. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1C2_887q_5GBWYveS5QoayzhqLDsKTDzN/view. Acesso em: 08 fev. 2022.

AUAD, D; LOPES, S. F. P; LAHNI, C. R. Lésbicas e Bissexuais em Narrativas Adolescentes: um olhar feminista sobre produções seriadas para TV e Internet. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, p.230-252, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11355>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. Código de Ética dos Orientadores Educacionais Do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1979.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade (8ª ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, F. P; ARAÚJO, R. P. Qual o lugar do gênero e da diversidade sexual na escola? **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, Número 25/26 - janeiro a junho, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6093>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CORBELLINI, S. **Orientação Educacional**: registros de um percurso de formação. Porto Alegre: Formadiagramação, 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1989: Iss. 1, 1989. Disponível em:

<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Brasília, DF, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**, V.1:A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal ed., 1999.

FRANÇA, F. F. *et al.* "Gênero, diversidade e tecnologias: educação para os corpos nas e pelas mídias". **Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 339-353. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65140>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. *In: _____*. (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 367-444.

LIMA, L. de; SILVA, D. G; LOUREIRO, R. C. Redes sociais e docência: um estudo sobre a integração da rede social instagram no contexto escolar. **Rev. Humanidades e Tecnologias.** Minas Gerais: v. 26, n.1, 2020. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1324. Acesso em: 22 jun. 2022.

LIMIA, J. P; CRUZ, T. M; YARED, Y. B. Sexualidade no contexto escolar: concepções e práticas sobre educação sexual entre orientadoras educacionais. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar.* Mossoró, v. 7, n. 21, 2021. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2962/2690>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Rev. Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

NUNES, C. R. F.; SEFFNER, F. Educação em direitos humanos. *In: FACHINETTO, R. F.; SEFFNER, F; SANTOS, R. B.* (Org). **Quando aids, gênero, sexualidade e direitos humanos se encontram no território escolar.** Educação em direitos humanos. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2018. p. 191-206.

OLIVEIRA, C. B. E; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2021.

PAIVA, V; ANTUNES, M. C; SANCHEZ, M. N. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 24, e180625, 2020. Disponível em:



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100401&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2021.

PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. O orientador educacional no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XgFGvjdzBmGDQgJHprVBnxB/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2021.

PEDRO, J. M; LEMES, L. B. A “primavera das mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, J. M.; ZANDONÁ, J. (org) **Feminismos & democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 67-86.

PORTO, O. **Orientação Educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

PÖTTKER, É. S. **A Orientação Educacional e os Territórios Narrativos de Gênero e Sexualidade na Escola**. Dissertação (mestrado em educação) – UFPR. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31748?show=full>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PRÁ, J. R; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/660/682>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SANTOS, K. Práticas Restaurativas no ambiente escolar: contribuições à Orientação Educacional. In: CORBELLINI, S. (org.). **Orientação Educacional: registros de um percurso de formação**. Porto Alegre: Formadiagramação, 2021.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Rev. Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 561-572, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38119942017>. Acesso em: 05 set. 2021.

UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências**. Segunda edição revisada, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.



NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA


Paula Biazetto Machado Sombrio. Mestre em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Psicologia, Florianópolis, SC, Brasil.

E-mail: paula.biazetto@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1089-5250>

Silvana Corbellini. Doutora em Educação. Professora adjunta da Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Básicos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: silvanacorbellini@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3335-0387>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 31/08/2022 - Aprovado em: 10/12/2022 – Publicado em: 20/12/2022.

COMO CITAR

SOMBRIO, P. B. M.; CORBELLINI, S. Gênero e Sexualidade na Escola: como trabalham os/as Orientadores/as Educacionais?. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 3, n. 7, p. 45-64. 2022.